

# Indústria poderá ter crescimento zero

As previsões dos economistas sobre o segundo semestre deste ano indicam a configuração de um quadro recessivo, com taxa de crescimento industrial próxima a zero e, crise de desemprego. Tais previsões foram formuladas tomando como base a manutenção da atual política econômica,

sustentada na contenção da moeda e nas restrições ao crédito. No plano externo, a situação poderá melhorar, com provável redução do déficit acumulado na balança comercial, embora persistam os problemas para equilibrar o balanço de pagamentos.

## Um perigo, a insolvência

O segundo semestre se caracterizará, caso se mantenha a atual política de restrições ao crédito, pela insolvência e quebra de empresas, sendo inicialmente atingidas as mais fracas e, posteriormente, as maiores.

A previsão é do economista Cesar Maia, do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (Ierj), que destacou o próximo período como "politicamente delicado para os ministros da área econômica". Segundo ele, sempre que se aplicou de forma enfática uma política de contenção do crescimento do País, o resultado foi o afastamento dos ministros responsáveis, devido a pressões dos setores empresariais e políticos.

### **ASFIXIA FINANCEIRA**

Cesar Maia explicou que pressionadas pelas restrições ao crédito as empresas maiores estão reduzindo os prazos de pagamento concedidos às empresas compradoras, invertendo totalmente o processo observado, durante o ano passado.

Na opinião do economista, o que permitiu que as empresas se mantivessem operando normalmente até agora foram vários fatores, entre os quais destacou: a ampliação dos prazos de pagamentos dos impostos, com autorização informal do Governo, que vem causando a

queda da arrecadação tributária, de acordo com os dados oficiais.

Cesar Maia explicou que a política de préfixação da correção monetária e cambial e o controle das taxas de juros, no ano passado, deslocou a especulação da área financeira para a especulação com bens (produtos), já que a valorização dos títulos públicos e privados passou a ser menor do que a dos bens (a inflação subiu num ritmo mais rápido — 120 por cento — do que a correção e os juros, em torno de 70 por cento). A estratégia empresarial passou a privilegiar a formação de estoques e a ampliação dos prazos de pagamentos para nove ou dez meses, com juros altos sobre a dívida. As empresas fornecedoras, portanto, passaram a operar como bancos.

A mudança da política econômica, no fim do ano passado, alterou o mecanismo especulativo montado. A liberação dos juros e as restrições ao crédito, forçaram as empresas a "desovarem" seus estoques, para manter equilibrada a situação de caixa. Este foi o mecanismo que permitiu que as empresas não enfrentassem a asfixia financeira, nos primeiros meses deste ano.

Tal artifício, no entanto, segundo Cesar Maia, já está che-

gando ao seu ponto de saturação. A capacidade das empresas de financiarem seus clientes se reduziu consideravelmente. As duplicatas (títulos de dívidas entre empresas e bancos), trocadas com frequência entre as próprias empresas industriais, passaram a ser protestadas.

— O sistema de moratória entre as empresas — assinala o economista — já está chegando ao final. Trata-se de um mecanismo, através do qual as empresas atrasam pagamentos entre si. As que possuem boa situação de caixa ou melhor acesso ao crédito financiam seus clientes e cobram juros fortes operando como verdadeiros bancos.

Segundo ele, as primeiras empresas a "pipocar", isto é, a entrar em processo de quebra serão as que têm menor importância para as suas fornecedoras — as menores, portanto. Em seguida virão as grandes, segundo análise do economista.

— Os meses de julho e agosto — afirma — serão meses de aceleração do processo recessivo e falências de empresas, sem modificações maiores na atual política monetária. Mas logo que este processo se ampliar é bem provável, que pressionado, o Governo volte a liberar o crédito.